



## Defensor público-geral, em exercício, visita o recém-empossado secretário de Defesa Social



Página 8

## Defensoria Pública recebe representantes do Comitê Olímpico



Página 9

A  
DEFENSORIA  
PÚBLICA  
DIZ **NÃO** À  
CULTURA DO  
ESTUPRO.

**E VOCÊ?**

Comissão Especial para Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher do CONDEGE

Veja nota do Condege na página 3

## DPMG recebe oficiais da PMMG



Páginas 4

## Homenagem em Contagem e Montes Claros aos 40 anos da DPMG



Página 24

## MENSAGEM DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL EM EXERCÍCIO



### *Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,*

*Esta edição do Boletim registra importantes eventos para nossa Instituição. Na seara das relações interinstitucionais, traz a visita realizada ao recém-empossado secretário de Estado de Defesa Social, Sérgio Barboza Menezes. Na ocasião, em que tratamos de assuntos institucionais relacionados à execução penal e sobre o sistema prisional, áreas de expressiva demanda na nossa Instituição, contamos também com a presença da coordenadora especial de Prevenção à Criminalidade, defensora pública Andrea Abritta Garzon e com o assessor institucional Nikolas S. Macedo Katopodis. Outro encontro relevante foi a visita técnica à DPMG feita por oficiais superiores da Polícia Militar de Minas Gerais, em atividade integrante de curso de especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública promovido pela PMMG. O momento é de excelente oportunidade para o conhecimento e estreitamento dos laços entre ambas as instituições, que desempenham importantes papéis no dever constitucional relacionado à manutenção da ordem pública.*

*No âmbito interno, lembro a todos os defensores públicos que as plataformas dos candidatos às eleições para defensor público-geral, biênio 2016/2018,*

*encontram-se disponíveis na intranet.*

*Merece destaque, também, a inauguração, por iniciativa da Coordenação de Atendimento da Capital, do Espaço Criança Feliz nos salões de atendimento das duas unidades da Capital. Mais uma ação que contribui para o acolhimento dos nossos assistidos e a humanização do atendimento prestado pela DPMG.*

*Também marcaram a última quinzena intensa participação de defensores públicos em eventos de debates e discussões importantes para a sociedade civil, como no Fórum Técnico do Plano Estadual de Educação; no curso sobre Femicídio promovido pelo TJMG; no debate sobre o Plano Estadual de Cultura, e na audiência pública promovida pela Comissão Especial do Código de Processo Penal da Câmara dos Deputados, para discutir persecução penal, ação penal, os sujeitos do processo e os direitos da vítima.*

*Também participamos de muitos eventos, o que nos mantém em aproximação com diversas instituições. Ressalto o lançamento do livro Comarcas de Minas, no TJMG; as inaugurações dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) das comarcas de Ituiutaba e Iturama; no concurso Miss Prisional promovido pela Seds, no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto; na cerimônia de comemoração dos 241 anos da Polícia Militar em Juiz de Fora; e na posse de procuradoras do Ministério Público.*

*Acompanhe, ainda, as homenagens recebidas pela DPMG e por defensores públicos; as participações na mídia e, as edições dos projetos “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”, “Escutatória” e “Bate-Papo Legal”, que, esclareceu dúvidas gerais dos servidores do Atendimento Inicial da Capital, sobre a prática das ações iniciais na área de Famílias.*

*Boa leitura a todos!*

**Wagner Geraldo Ramalho Lima**  
Defensor público-geral em exercício

## Eleições para o cargo de Defensor Público-Geral, biênio 2016/2018

# Conheça os candidatos

Encontram-se disponíveis, no sistema Casa, as plataformas dos candidatos ao cargo de Defensor Público-Geral para biênio 2016/2018.

**Votação** – A eleição será realizada no dia 28.06.2016, de 09h às 18 horas, na Unidade I da Defensoria Pública, situada à Rua Bernardo Guimarães, 2640, em Belo Horizonte, onde os eleitores da Capital deverão votar. Os eleitores do Interior votarão pessoalmente ou por via postal, utilizando



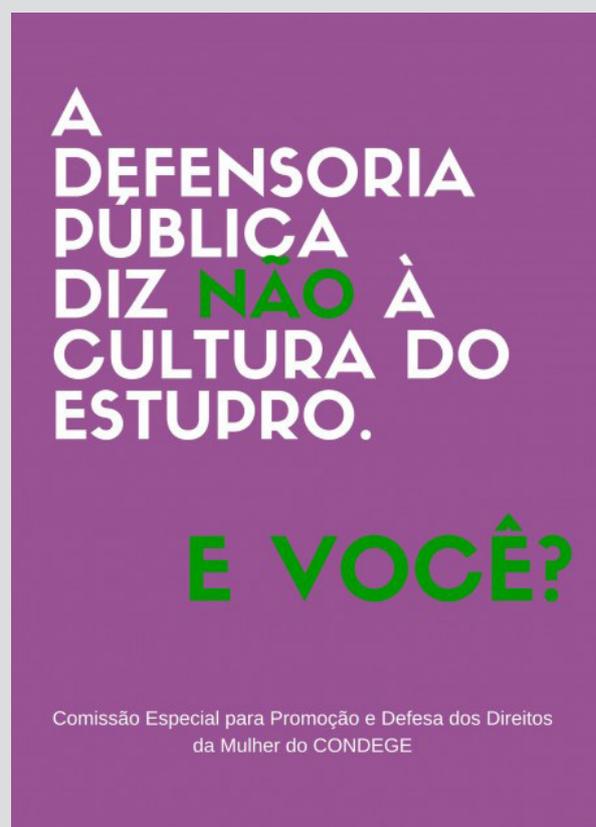
o material enviado pela Comissão Eleitoral. Estas e outras informações e orientações relativas à eleição para DPG 2016-2018 estão na Deliberação nº 006/2016, do CSDPMG, publicada no *Minas Gerais* do dia 21/04/2016, e na seção própria do Conselho Superior no página inicial de notícias da intranet.

## A Comissão Especial para Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher do Condege aprovou nota de repúdio contra a violência sexual sofrida por mulheres em todo o país.

Na nota, além de manifestar repúdio aos atos de misoginia e sexismo, presentes na cultura do país, integrantes da comissão também informam a realização de audiências públicas em diversos estados brasileiros, para que seja feita ampla discussão sobre o tema. **A primeira audiência acontecerá no estado do Rio Grande do Norte, no próximo dia 15. Confira a nota:**

### **A Defensoria Pública diz não à cultura do estupro. E você?**

*A Comissão Especial para Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher do Condege vem a público manifestar seu repúdio contra os atos de misoginia e sexismo ainda presentes em nossa sociedade, evidenciados nos inúmeros atos de violência sexual contra a mulher e na culpabilização desta, de modo a reproduzir a lógica machista e patriarcal imposta a todas nós mulheres. No Brasil, anualmente, são notificados cerca de 50.000 casos de estupro, havendo estimativa de subnotificação de mais de 5.000.000. Assim, a partir de 15/06, a Comissão Especial para Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher inicia uma ampla discussão nacional do assunto por intermédio de audiências públicas, a serem realizadas em diferentes Estados, finalizando o projeto com a realização de relatório propositivo de ações que visem à mudança da chamada “cultura do estupro”.*



# Defensoria Pública recebe oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais para visita técnica

No dia 13 de junho, a Defensoria Pública de Minas Gerais recebeu um grupo de oficiais superiores da Polícia Militar de Minas Gerais, para visita técnica visando ao conhecimento dos ambientes estratégicos do Estado. A atividade integra o curso de especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública realizado pela PMMG, com o objetivo de habilitação para o exercício de cargos e encargos inerentes ao oficial gerente de nível estratégico.

Ao abrir o encontro e dar as boas-vindas aos oficiais, o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, ressaltou que a Defensoria Pública mineira “tem na Polícia Militar uma grande parceira” e, também, a maturidade da corporação, que completou 241 anos recentemente.

O defensor-geral em exercício destacou que a Defensoria Pública é a instituição mais jovem do Sistema de Justiça e que, dos 1200 cargos previstos em lei, a DPMG tem apenas 660 providos, o que demonstra a necessidade de crescimento para que possa cumprir, na totalidade, o seu papel constitucional. Wagner

Ramalho ressaltou que o modelo de capacitação da PMMG é um dos fatores que a diferencia, tornando-a a melhor polícia militar do País, e informou que a Defensoria Pública de Minas Gerais deu início ao primeiro planejamento estratégico da Instituição, que está sendo elaborado pela Fundação João Pinheiro.

O defensor-geral em exercício enfatizou a importância de as instituições se conhecerem e salientou que a recente instalação da assessoria militar na DPMG tem contribuído para tanto. “Ambas as instituições pertencem ao Estado e todos os papéis exercidos são importantes”. Wagner Ramalho lembrou que, há muitos anos, a PMMG é uma das instituições convidadas pela Defensoria para se apresentarem no curso de formação promovido pela Instituição aos defensores públicos que iniciam a carreira e que, intensificar o conhecimento da atuação de cada uma é um dos objetivos dessa participação. O defensor-geral em exercício falou, ainda, sobre a atuação extrajudicial da DPMG e sobre o movimento de desjudicialização da justiça.

## Histórico e atuação

Após a exibição parcial do vídeo institucional da Defensoria Pública de Minas Gerais, o assessor Institucional, defensor público Nikolas S. Macedo Katopodis, fez um retrospecto histórico da Defensoria Pública, passando por sua criação, em nível nacional, pela conquista da autonomia funcional e administrativa das defensorias estaduais, pela Lei Orgânica da DPMG, pela legislação que determina a promoção prioritária da solução extrajudicial pela Instituição, e pela Emenda Constitucional 80, de 2014, que deu novo perfil constitucional à Defensoria Pública.

*continua >>*



Defensor público-geral em exercício, Wagner Ramalho Lima

**Chefe do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da PMMG, cel. Hiroshi; assessor Institucional, Nikolas Katopodis; e o chefe da Assessoria Militar da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães**



&gt;&gt; continuação

**Defensoria Pública recebe oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais para visita técnica**

O assessor Institucional esclareceu as diferenças entre o exercício da advocacia privada e a carreira de defensor público; falou sobre as funções institucionais da Defensoria, as atribuições do defensor público e forneceu números de atendimentos realizados e ações patrocinadas pela DPMG. “Somos 660 defensores públicos atuando em 113 comarcas. Em 2015, foram feitos 700 mil atendimentos e 1 milhão e novecentas mil prestações judiciais. Na esfera criminal, hoje, a Defensoria patrocina 95% das causas no Estado”, informou.

Nikolas Katopodis forneceu, ainda, informações sobre a atuação na Execução Penal, que é, atualmente, a área que mais demanda a DPMG, e sobre a lei de execuções penais, que criou para a Defensoria a função de órgão de execução, inclusive com a atribuição de fiscalização. É a única situação em que a Defensoria atua mesmo que o réu tenha advogado. “Temos hoje uma demanda, eu diria, de humanidade, no sistema prisional, que tem 75 mil presos para 24 mil vagas. As unidades estão lotadas, existem ações de interdição, o Estado não tem mecanismos para solucionar e, infelizmente, a tornozeleira eletrônica não tem demonstrado o resultado esperado”. O assessor Institucional informou que a concessão de direitos é a maior demanda da Defensoria. “Para que a pessoa fique presa o tempo que ela precisa ficar. Benefício vencido, progressão de regime, comutação, saída temporária vencida, isso não causa bem a ninguém”.

“A Defensoria Pública garante um direito fundamental, que é o direito ao acesso à Justiça. E por ser direito fundamental, a ampliação do direito ou a visão mais ampliada do exercício do direito é uma garantia constitucional e isso tem que ser prioritário na atuação. Não adianta a Defensoria Pública existir, se o destinatário não estiver satisfeito com o serviço, e essa é a nossa missão hoje: tentar levar ao cidadão serviços de qualidade. Para tanto contamos, hoje, com a parceria da Polícia Militar, dos executivos estadual e municipais e legislativos, que se somam ao valoroso trabalho dos defensores públicos mineiros”, concluiu.

**Defensoria Pública e a Justiça Militar**

A atuação da Defensoria Pública de Minas perante a Justiça Militar foi abordada pela defensora pública Letícia Barra Vieira, que ressaltou a parceria entre as duas instituições e informou que, em Belo Horizonte, a Defensoria Pública tem provimento integral na Justiça Militar, onde atuam três defensoras.

Letícia Barra forneceu informações sobre o trabalho da Defensoria na Justiça Militar, que é integral e gratuito, atendendo a praças e oficiais de todas as graduações e patentes da corporação, além de reformados e excluídos que não podem custear despesas com advogados. A atuação engloba orientação e a defesa criminal nos processos de competência da Justiça Militar, assim definidos em lei.

*continua >>*

**Defensora pública Letícia Barra Vieira; chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; e os defensores públicos Luis Renato Braga Arêas Pinheiro e Rachel Passos**



>> continuação

### **Defensoria Pública recebe oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais para visita técnica**

O trabalho das defensoras públicas compreende o acompanhamento judicial, desde a 1ª instância e os recursos nos tribunais superiores (TJM, STJ e STF), além de atuarem como órgão de execução penal em todas as execuções penais dos militares. Realizam ainda, a defesa em processos de perda da graduação ou patente, de competência originária no Tribunal de Justiça Militar.

Extrajudicialmente, realizam visitas técnicas em estabelecimentos prisionais militares, além de serem convidadas como palestrantes no curso de formação de juízes militares e palestras para militares em batalhões. A defensora ressaltou, ainda, o bom relacionamento entre a Defensoria Pública e o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Ao falar sobre algumas condenações na justiça militar, que considera desnecessárias, a defensora pública enalteceu a excelência da corporação mineira, cujos “manuais de instruções, treinamento e corpo de preparação devem ser levados ao conhecimento de outras instituições. O policial militar de Minas é exemplo. Sabemos que, quando um PM deve ser excluído, ele é excluído”, considerou.

A defensora pública reforçou a importância da aproximação entre a Defensoria e a Polícia Militar, que “nos têm como parceiros” e colocou o trabalho dos defensores em atuação à disposição dos membros da corporação.

“Na Justiça Militar, temos como réu, desde o soldado ao coronel. Nós, defensores, estamos lá para resguardar um processo justo em sua integralidade, em consonância com os princípios constitucionais”, finalizou Letícia Barra.



**Defensora pública Letícia Barra**

### **Atuação em ações de reintegração de posse**

Na sequência, a coordenadora em exercício da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Rachel Aparecida de Aguiar Passos, abordou o tema “Atuação da DPMG e da Polícia Militar de Minas Gerais nas ações de rein-



**Coordenadora em exercício da DDPH, Rachel Passos; e o assessor Institucional, Nikolas Katopodis**

tegração de posse”. A atuação conjunta da Defensoria Pública e da Polícia Militar nos conflitos agrários foi destacada pela defensora pública, com sustentação na interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais.

Rachel Passos destacou o papel da mediação na busca de uma solução pacífica para os conflitos agrários. E chamou a atenção para a importância da presença da Polícia Militar na formulação de diretrizes, com a finalidade de estabelecer medidas de segurança para todos os envolvidos nestes conflitos. A defensora pública ressaltou que a DPMG e a Polícia Militar “são parceiras na busca da solução pacífica dos conflitos agrários, tratando com dignidade e respeito os envolvidos nas questões pela posse da terra”.

O tema provocou debate, com intervenções dos presentes sobre o papel que se espera da Polícia Militar nos cenários de conflitos agrários e a expectativa em torno da sua solução.

### **Atuação extrajudicial**

O titular da 2ª Defensoria de Família em Betim, Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, falou sobre “A atuação extrajudicial da Defensoria Pública”, trazendo como exemplos ações realizadas pela Defensoria Pública em Montes Claros, em parceria com a Polícia Militar.

continua >>



>> continuação

### **Defensoria Pública recebe oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais para visita técnica**



Defensor público, Luis Renato Braga Arêas Pinheiro



Chefe da Assessoria Militar da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães

O defensor público destacou a parceria entre a DPMG e a Polícia Militar na comarca de Unaí e citou episódios de ajustamento de conduta, em casos de propaganda volante de rua; nas reuniões do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, para discutir temas relacionados à segurança pública.

Luis Renato Arêas ressaltou que a atuação extrajudicial é importante, não apenas para resolver o conflito, mas principalmente, para evitar os litígios.

### **Assessoria Militar**

O chefe da Assessoria Militar da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto, teceu considerações sobre o papel da assessoria militar no âmbito da Defensoria Pública e ressaltou que a visita técnica foi um passo importante para a aproximação e estreitamento de laços entre a Defensoria Pública e a Polícia Militar.



Chefe do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da PMMG, cel. Hiroshi; ten. cel. Lemos; chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; e o ten. cel. Westerson Guimarães

### **Encerramento**

A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara, encerrou o encontro, agradecendo a presença dos oficiais da Polícia Militar e reiterou a importância de novos debates entre as duas instituições.

Ao final do evento, recebeu, em nome do defensor-geral em exercício, Geraldo Ramalho Lima, certificado de agradecimento assinado pelo comandante da Academia de Polícia Militar, cel. Eduardo Reis.

## Defensor-geral em exercício realiza visita de cortesia ao secretário de Defesa Social

O defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, acompanhado do assessor Institucional, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, realizou visita de cortesia, no dia 14 de junho, ao recém-empossado secretário de Estado de Defesa Social, Sérgio Barboza Menezes. Presente, ainda, a

defensora pública e coordenadora especial de Prevenção à Criminalidade, Andrea Abritta Garzon, bem como o subsecretário de Administração Prisional, Otávio Cançado Moreira. Na oportunidade, trataram de assuntos institucionais relacionados à área de execução penal e sobre o sistema prisional.



**Assessor Institucional Nikolas Katopodis; secretário de Defesa Social, Sérgio Menezes; defensor-geral em exercício, Wagner Ramalho; coordenadora de Prevenção à Criminalidade, defensora pública Andréa Abritta Garzon; e o assessor militar da DPMG, ten. cel. Westerson Pinto**

## Comissão de defensores públicos reúne-se com representantes da Samarco

A comissão, constituída pela Resolução 93/2016, destinada a organizar os trabalhos da Defensoria Pública no Programa de Negociação Coordenada (PNC) a ser realizado pela Samarco Mineração S.A, reuniu-se, no dia 10.06.2016, no gabinete da Defensoria Pública-Geral, juntamente com a advogada da empresa, Waleska de Figueiredo Maciel Silveira, e o coordenador de Operações, Sérgio Pires Dias.

Durante a reunião, Waleska de Figueiredo informou que, por razões técnicas, foi adiado início dos trabalhos, relativos aos acordos extrajudiciais a serem firmados com os diretamente impactados, para o final de julho, início de agosto, mas sem data pré-definida. A advogada da empresa ficou de encaminhar, até a próxima semana, os critérios de indenização a serem avaliados pelos

membros da Comissão.

Foram feitos alguns apontamentos, pelos defensores públicos participantes, em relação aos documentos já enviados, além da sugestão de inclusão dos danos morais nos referidos acordos extrajudiciais.

Participaram da reunião os membros da comissão integrada pelos defensores públicos Calânico Sobrinho Rios, Cleide Aparecida Nepomuceno, Fernanda de Souza Saraiva, Frederico de Sousa Saraiva, João Paulo Tôrres Dias, Luis Diz Simões, Luciana Leão Lara e Rachel Aparecida de Aguiar Passos. Ausente, justificadamente, o defensor público Aylton Rodrigues Magalhães. A reunião contou, ainda, com a participação da defensora pública Irma Luzia de Paiva Reis, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais.



**Encontro na Defensoria Pública-Geral tratou de pontos do Programa de Negociação Coordenada a ser realizado pela Samarco**

DIVERSOS

## Defensoria Pública-Geral recebe membros do comitê organizador das Olimpíadas 2016

A Defensoria Pública-Geral recebeu, dia 02.06.2016, representantes da organização dos Jogos Olímpicos – Rio 2016, para tratar da atuação da Instituição, durante as partidas de futebol, que serão realizadas em Belo Horizonte, entre os dias 03 e

20 de agosto de 2016.

Assim como na Copa do Mundo de 2014, será instalado dentro do Estádio Mineirão, local onde acontecem as partidas, um Juizado Criminal para atender ocorrências durante os jogos.



Participaram do encontro, a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara, os assessores Institucionais, Gério Patrocínio Soares e João Paulo Torres Dias; pelo comitê organizador, os advogados Isadora de Assis Souza, Camila Delgado e Humberto Theodoro Neto; e o membro do Comitê Olímpico, Renato Bressani

## DPMG presente no lançamento do livro ‘Comarcas de Minas’

A assessora Institucional, Diana de Lima Prata Carmagos, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, no lançamento do livro “Comarcas de Minas”, dia 06.06.2016, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). De autoria do desembargador Lúcio Urbano Silva Martins, a obra aborda o processo de formação territorial do Estado de Minas Gerais sob o prisma da divisão judiciária mineira.

O desembargador Lúcio Urbano expressou sua

alegria em lançar a obra. “Cuida-se de paciente e prolongado trabalho de pesquisa, que consumiu mais de seis anos de ininterrupto labor de procura”, disse. A servidora Rosane Vianna Soares assina o livro, juntamente com o desembargador.

A publicação inclui a relação de todas as comarcas mineiras, um breve histórico com sua data de criação, supressão, restauração e várias denominações, bem como a classificação quanto à entrância e leis de referência, de forma cronológica, de 1711 a 2014.

Lançamento do livro foi prestigiado por diversas autoridades



## Defensoria Pública participa da abertura de curso sobre Femicídio no TJMG

*A coordenadora da Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência, Renata Salazar Botelho, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na abertura do curso “Diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres –*

*Femicídio”, realizado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), na unidade Raja Gabaglia, dia 02.06.2016. O curso teve o objetivo de divulgar as diretrizes nacionais para os profissionais da segurança pública e do sistema de Justiça que atuam na investigação e no julgamento dos crimes praticados contra as mulheres.*



O curso reuniu membros de várias instituições públicas e entidades de defesa da mulher

O defensor público Flávio Lelles, em atuação na Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores Criminal (Desits-Crim), ministrou palestra no painel sobre “Direitos das vítimas diretas e indiretas”, ocasião em que abordou o pa-

pel da Defensoria Pública no julgamento dos casos de feminicídio. Para o defensor público, “o curso é uma oportunidade de discussão sobre o feminicídio e também para a participação da Defensoria Pública com a apresentação de seus serviços no que trata da defesa dos direitos das mulheres, particularmente as vítimas de violência”.



Os defensores públicos Gustavo de Lima, em atuação na Cooperação em Conflitos de Ribeirão das Neves; Camila Dantas, em atuação no Juizado Criminal Especial BH; a coordenadora da Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência, Renata Salazar Botelho; Samantha Vilarinho Mello Alves, em atuação na Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência; a servidora em Montes Claros, Maiza Rodrigues; e o defensor público Flavio Lelles, em atuação na Desits Criminal

O evento foi aberto pela desembargadora Kárin Emmerich, que representou o presidente do TJMG, Pedro Bitencourt. A magistrada destacou que, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 40% dos homicídios de mulheres no Brasil são cometidos pelos seus parceiros íntimos, enquanto o inverso contabiliza 6%, o que mostra a vulnerabilidade da mulher. Karin Emmerich destacou a importância do cumprimento da Lei Maria da Penha e a necessidade da qualificação dos profissionais que lidam com a mulher vítima de violência para que haja efetividade no encaminhamento das denúncias e na punição dos acusados.

Iniciativa do TJMG e do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), com a colaboração da Defensoria Pública, das polícias Civil e Militar, o curso contou com a presença de representantes da ONU Mulheres, de professoras universitárias e advogadas.



## DPMG participa de cerimônia de comemoração dos 241 anos da Polícia Militar em Juiz de Fora

As defensoras públicas Ana Lúcia Gouveia Leite, coordenadora da Regional Mata I, e Luciana Ferreira Gagliardi, em atuação em Juiz de Fora, participaram, dia 09.06.2016, da cerimônia de comemoração dos 241 anos da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) naquele município. As celebrações dos 241 anos da PMMG aconteceram em várias cidades do estado. A corporação é a mais antiga do país.



**Defensoras públicas Luciana Ferreira Gagliardi e Ana Lúcia Gouveia Leite; e o comandante da 4ª Região Militar, coronel Wagner Eustáquio da Silva Almeida, na comemoração dos 241 anos da PMMG, em Juiz de Fora**

## Defensoria Pública participa da inauguração de Cejus em Iturama e Ituiutaba

A defensora pública e coordenadora Local de Iturama, Crelisa Felipe Sanches Oberlander, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na solenidade de instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) da comarca de Iturama, no dia 08 de junho, no Fórum Paulo Antônio F. Barbosa.

O Cejus em Iturama será coordenado pelo juiz Roberto Bertoldo Gargia e terá, como coordenador

adjunto, o juiz Max Wild de Souza.

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania são unidades do Poder Judiciário, que concentram a realização das audiências e sessões de conciliação e mediação, processuais e pré-processuais, além do serviço de atendimento e orientação ao cidadão. Os centros oferecem amplo acesso à Justiça, sem custo, sem demora e sem grandes formalidades.



**Aderciana Fátima de Urzedo, presidente da subseção da OAB/MG de Iturama; major Magno Cipriano de Oliveira, comandante da 3ª Cia da Polícia Militar; o magistrado Carlos Donizetti Ferreira da Silva, juiz auxiliar da 3ª Vice-Presidência do TJMG; Alexandre Chibante Martins, juiz titular da Vara do Trabalho de Iturama; vereadora Ana Lúcia Menezes Santos; defensora pública Crelisa Felipe Sanches Oberlander; e Max Wild de Souza, juiz de direito**



&gt;&gt; continuação

**Defensoria Pública participa da inauguração do Cejus em Iturama e Ituiutaba**

## Cejus em Ituiutaba

O coordenador Local de Ituiutaba, Lupércio Carvalho Arantes, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na solenidade de instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ituiutaba, dia 09.06.2016, no Fórum Desembargador Newton Ribeiro da Luz. A unidade judiciária vai concentrar as audiências e sessões de conciliação e de mediação.

Lupércio Arantes destacou a importância da iniciativa do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) na instalação do Cejus e ressaltou os bons resultados advindos da recente implantação da Central de Conciliações na unidade da Defensoria Pública em Ituiutaba.

O evento, que contou com a presença de magistrados, defensores públicos, membros do Ministério Público, advogados, servidores e autoridades, foi presidido pelo juiz auxiliar da 3ª Vice-Presidência do TJMG, Carlos Donizetti Ferreira da Silva.



O defensor público Adailton José de Carvalho; o coordenador Local de Ituiutaba, Lupércio Carvalho Arantes; Izabel Prudêncio; Dora Drumond; juiz Carlos Donizetti; juíza Vanessa Guimarães; e Luiz Pedro

## Defensora pública participa de debate sobre o Plano Estadual de Cultura

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre, em atuação na Defensoria de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou da abertura dos trabalhos da etapa final do Fórum Plano Estadual de Cultura, dia 08.06.2016, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O objetivo do evento foi colher sugestões da sociedade, visando ao aprimoramento do Projeto de Lei (PL) 2.805/15, que contém o Plano Esta-

dual de Cultura, com ações para os próximos dez anos.

Após quase quatro meses de debates em doze encontros regionais no interior do Estado, esta etapa do fórum terminou no dia 10.06.2016, na plenária final, com a aprovação de propostas, eleição da Comissão de Representação e a entrega do Documento de Propostas ao presidente da ALMG, deputado Adalclever Lopes, no Plenário.

Encontro recolheu sugestões para aprimorar projeto de lei que contempla o Plano Estadual de Cultura





## Defensor público debate o Novo CPP em audiência pública da Câmara Federal na Assembleia Legislativa

O defensor público Flávio Lelles, em atuação na Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores Criminal (Desits Crim), representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na audiência pública promovida pela Comissão Especial do Código de Processo Penal da Câmara dos Deputados, realizada na Assembleia Legislativa, dia 10.06.2016, para discutir persecução penal, ação penal, os sujeitos do processo e os direitos da vítima.

Em sua exposição, Flávio Lelles defendeu melhorias no texto do novo CPP, para dar efetividade ao princípio do contraditório, ampla defesa e ao sistema acusatório. Ao final da exposição, o defensor público entregou ao deputado Rodrigo Pacheco documento elaborado pela Comissão Criminal Permanente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), que apresenta contribuições de altera-



O defensor público Flávio Lelles durante sua exposição na audiência pública que discutiu o novo Código de Processo Penal

ções para aperfeiçoamento do texto do novo Código (PL 8045/10), em tramitação no Congresso Nacional. Uma cópia do documento também foi entregue ao deputado Laudívio Carvalho.

Entre as sugestões do documento está a de um texto mais completo em relação à inserção da Defensoria Pública, como sujeito do processo, garantindo assistência jurídica gratuita ao acusado. Também foram apresentadas melhorias no que concerne aos direitos da vítima.

Segundo Laudívio Carvalho, o documento da Defensoria Pública será muito útil para o projeto em tramitação na Câmara dos Deputados. Ele lembrou que o atual Código de Processo Penal é do século passado e que há necessidade de mudanças. “Por que temos excesso de leis e falta punição no País? Somos a favor da ampla defesa, mas somos contra o excesso de normas”, argumentou Laudívio.

A audiência pública teve como presidente, o deputado federal Rodrigo Pacheco; como coordenador, o deputado federal Laudívio Carvalho; e o deputado Edson Moreira, como relator. O PL 8045/10 foi elaborado por uma comissão de juristas e já foi aprovado pelo Senado. Mais de 160 propostas sobre o tema tramitam apensadas. O novo código substituirá o Decreto-Lei 3.689/41, em vigor desde outubro de 1941. Ele contém um conjunto de regras e princípios destinados à organização da justiça penal e aplicação dos preceitos contidos no Direito Penal e na Lei das Contravenções Penais nos julgamentos de crimes.

**>> Veja entrevista do defensor público Flávio Lelles para TV Assembleia**

O deputado federal Laudívio Carvalho e o defensor público Flávio Lelles



## Defensoria Pública presente na etapa final do Fórum Técnico do Plano Estadual de Educação na ALMG

A defensora pública Júnia Roman Carvalho, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na abertura da etapa final do fórum técnico Plano Estadual de Educação, no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), no dia 15.06.2016. O encontro, que termina no dia 17, consolida as propostas para o Plano Estadual de Educação, o Projeto de Lei (PL) 2.882/15, em tramitação na ALMG.

Júnia Roman Carvalho destacou a importância e a necessidade de a escola acolher a diversidade e discutir as questões de gênero, como forma de diminuir a homofobia, a intolerância e a ocorrência de crimes,

como o estupro coletivo ocorrido recentemente no Rio de Janeiro, ou o atentado em Orlando, nos Estados Unidos. “É preciso que as crianças sejam educadas com informações sobre gênero e a diversidade, de forma a aprenderem a respeitar e a acolher, aceitando e convivendo com as diferenças”, ressaltou a defensora pública.

A defensora pública pediu uma escola que respeite a diversidade e seja tolerante. “Nossas crianças precisam ser educadas para não machucar outras. Precisam ser protegidas se elas não têm identificação com as demais”, disse. “Não podemos continuar sendo violentos com o diferente. Isso existe e faz parte da realidade”, completou.

Encontro vai consolidar as propostas para o Plano Estadual de Educação, em tramitação na Assembleia Legislativa



## Defensoria Pública participa de mais uma edição do concurso Miss Prisional

Os defensores públicos Diana de Lima Prata Carmagos, assessora Institucional, representando o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, e Rodrigo Zamprogno, em atuação na área de Execução Criminal, participaram do concurso Miss Prisional 2016, promovido pela Secretaria de Estado de Defesa Social. O desfile aconteceu no dia 10 de junho, no pátio do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

Marcela Moreira Cagnani, de 26 anos, de São Joaquim de Bicas, foi a vencedora da 3ª edição do Miss

Prisional Minas Gerais. No total, nove candidatas, de todo o território mineiro, concorreram ao título. Houve, ainda, a escolha da Miss Simpatia e da Miss Grávida. Como prêmio, as eleitas ganharam um book fotográfico.

Mais que um concurso de beleza, o Miss Prisional é uma forma de promoção da autoestima, humanizando o cumprimento da pena e preparando as presas para um retorno saudável ao convívio social.

*continua >>*



>> continuação

**Defensoria Pública participa de mais uma edição do concurso Miss Prisional**



**Defensor público Rodrigo Zamprogno e o subsecretário de Administração Prisional, Otávio Cançado Moreira**



Para a escolha da Miss Prisional 2016, onze jurados, dentre eles o defensor público Rodrigo Zamprogno, avaliaram quesitos como beleza, simpatia, postura, corpo, rosto e desenvoltura

## DPMG participa de solenidade de posse de novas procuradoras do Ministério Público

O coordenador Cível da Capital, Alexandre Tavares, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na solenidade de posse de duas novas procuradoras de Justiça, no auditório do Ministério Público de Minas Gerais, no dia 10.06.2016. Foram empossadas Célia Beatriz Gomes dos Santos e Élide de Freitas Rezende.

Além do defensor público Alexandre Tavares, a cerimônia, presidida pelo procurador-geral de Justiça,

Carlos André Mariani Bittencourt, contou ainda, na mesa de honra, com a ouvidora do MPMG, Ruth Lies Scholte Carvalho; o subcorregedor-geral do MPMG, Marco Antônio Lopes de Almeida; o vice-prefeito de Belo Horizonte, Délio Malheiros; o desembargador Alberto Vilas Boas; e o diretor da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Minas Gerais, Adriano Cardoso da Silva.

continua >>





>> continuação

**DPMG participa de solenidade de posse de novas procuradoras do Ministério Público**



O coordenador Cível da Capital, Alexandre Tavares, e as procuradoras, Célia Beatriz Gomes dos Santos e Élda de Freitas Rezende

## Defensoria Pública participa de palestra no MPMG

O coordenador da área Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na palestra “Novo CPC – Precedentes Vinculantes”, do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Rogério Schietti, dentro do projeto *Segunda-feira às 18:00 horas*, do Ministério Público de Minas Gerais.

A palestra aconteceu no dia 13 de junho, no Salão Vermelho da Procuradoria-Geral de Justiça, com transmissão via Internet.

Durante a palestra, o ministro do STJ abordou aspectos do sistema de precedentes sob o viés dos dispositivos do novo Código de Processo Civil (CPC).

Organizado pela Escola Institucional do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Profissionais (Ceaf) do MPMG, o *Segunda-feira, às 18 horas* é realizado em parceria com faculdades de Direito. No próximo encontro, marcado para o dia 20 de junho, acontecerá a palestra “A Conciliação no novo CPC”, com o ministro do STJ, Reynaldo Soares da Fonseca.



Defensor público Alexandre Tavares Costa participou da palestra com o ministro STJ, Rogério Schietti, aberta a promotores, defensores, magistrados, profissionais da área e estudantes





## Defensoria-Geral recebe a visita do juiz ouvidor do TRE-PB

O defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, recebeu, em seu gabinete, a visita do juiz ouvidor do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), Sylvio Pélico Porto Filho, que também é defensor público do Estado da Paraíba. A visita aconteceu nesta quinta-feira, 16.

No encontro, foram destacados temas institucio-

nais, de interesse da Defensoria Pública, tais como, atendimento, encaminhamento de leis, subsídio, provimento de comarcas, entre outros.

O juiz ouvidor do TRE-PB, Sylvio Pélico, veio a Belo Horizonte para participar da IX Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral realizada durante os dias 16 e 17, na sede do TRE-MG.



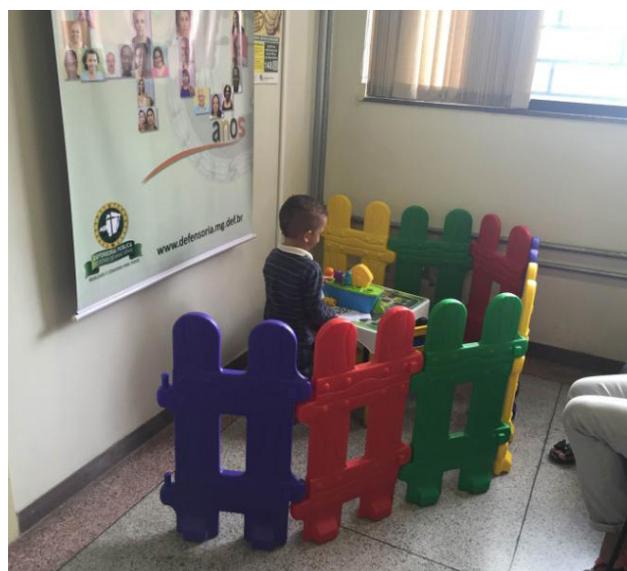
Assessores Institucionais, Gério Patrocínio Soares e Diana de Lima Prata Camargos; defensor-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima; e o juiz ouvidor Sylvio Pélico Porto Filho

## DPMG inaugura espaço lúdico para crianças que aguardam atendimento na Capital

A Defensoria Pública inaugurou o Espaço Criança Feliz. A iniciativa é da Coordenação de Atendimento da Capital e está disposto nas salas de espera das duas unidades da Capital.

De acordo com a coordenadora da área, Eden Mattar, “trata-se de um espaço lúdico preparado para estimular a criança a criar, a brincar, a desenvolver a sua criatividade, bem como para melhorar a autoestima e a socialização, evitando que o assistido, que esteja acompanhado de uma criança, fique ocioso, otimizando o tempo e criando entretenimento enquanto esperam o atendimento”.

Para incrementar a iniciativa, a Coordenadoria de Atendimento da Capital está recebendo doações de livros, lápis de colorir e brinquedos pedagógicos. As doações podem ser entregues na sala da coordenação, na Unidade I da DPMG.



O Espaço Criança Feliz está organizado nos salões de atendimento das duas unidades da Capital



**COOPROC | CCAP**

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

## Defensores públicos fazem “Bate-Papo Legal” sobre iniciais de Famílias

A Coordenadoria de Capacitação realizou, dia 10.06.2016, mais uma edição do “Bate-Papo Legal”. Os defensores públicos Thiago Campos Soares Melo Franco e Graciela Diniz Pacheco, em atuação na área de Famílias, conversaram com os servidores do Atendimento Inicial da Capital esclarecendo dúvidas gerais sobre a prática das ações iniciais na área de Famílias.

Os defensores esclareceram dúvidas dos servidores, originadas do cotidiano de trabalho no atendimento inicial, ao nortear os assistidos sobre as melhores providências a serem adotadas, documentação necessária, entre outros e, também, sobre como identificar a área afeta à demanda. Além disso, Thiago Campos e Graciela Pacheco explicaram as principais alterações na área de Famílias, apresentadas no Novo

Código de Processo Civil.

Os servidores aproveitaram para tirar dúvidas e relatarem fatos que acontecem no setor.

No dia 24 de junho, acontecerá nova edição do projeto, com o tema Varas de Famílias, apresentado pelo coordenador regional de Famílias e Sucessões da Capital, Marcelo Carneiro Veira.

A iniciativa, que integra as atividades da Coordenadoria de Capacitação, foi idealizada pela coordenadora de Atendimento da Capital, Eden Mattar. Por meio do projeto, defensores públicos e servidores interessados têm a oportunidade de falar um pouco sobre sua atividade para aprimorar a capacitação dos funcionários, tanto no tocante à parte prática, profissional, quanto em relação ao lado pessoal e emocional.



O “Bate-Papo Legal” debateu sobre as iniciais de Famílias, área que concentra maior demanda de atendimento na DPMG

### Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”

## Projeto “Sala de Espera” aborda impacto das emoções na saúde

A edição do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania” do dia 07.06.2016 apresentou a palestra “A violência adoce o corpo e a mente”, proferida pela enfermeira pós-graduada em gestão de pessoas e coordenadora do Programa de Saúde do Núcleo Assistencial Veleiro da Esperança (Nave), Luana Malaguth Colares da Silva. O Nave é uma ONG que realiza trabalho social voltado, principalmente, para mulhe-

res e crianças vitimizadas.

Em linguagem simples e utilizando exemplos práticos, a enfermeira conversou com os assistidos que aguardavam atendimento sobre como emoções negativas alimentadas por muito tempo podem afetar a vida das pessoas, levando-as ao adoecimento.

*continua >>*

>> continuação | PROJETO SALA DE ESPERA

**Projeto “Sala de Espera” aborda impacto das emoções na saúde**



Enfermeira Luana Malaguth (à direita) e a defensora pública Eliane Medeiros, que está à frente do projeto

## ‘Como evitar problemas ao vender seu carro ou moto’

Na edição do Projeto “Sala de Espera” do dia 13.06.2016, o defensor público em atuação no Juizado Especial Cível, Gabriel Freitas Maciel G. de Carvalho, forneceu informações aos assistidos sobre como evitar problemas ao vender veículos.

O defensor público alertou sobre os transtornos que podem surgir em decorrência de uma venda realizada de forma desinformada e sem observar os procedimentos corretos.

Gabriel Freitas aconselhou os assistidos a, preferencialmente, venderem veículos para pessoas co-

nhecidas. Caso contrário, sugeriu que o vendedor procure saber informações sobre o comprador.

O defensor público falou sobre como é prudente fazer um contrato simples, com assinatura das duas partes, o preenchimento do Certificado de Registro de Veículo (CRV), que é o documento de transferência e de responsabilidade de quem compra, e que tem o prazo de até 30 dias, a partir da data de aquisição informada no recibo de venda. Ou, então, procurar o Detran para fazer a comunicação da venda, o que o isentará de qualquer responsabilidade futura pelo veículo.

Gabriel Freitas ressaltou, dentre outros itens, a importância de se fazer o procedimento inteiro e de forma correta. “Isso evita que tempos depois de vender o veículo, você seja responsabilizado por problemas como multas, que acarretam também em pontuação na carteira de motorista, débitos de IPVA, acidentes nos quais o veículo pode se envolver, ou mesmo, situações ilícitas em que o motorista, em uso do veículo, tenha participação”.

Vários assistidos reportaram problemas vividos em decorrência de não terem tomado os cuidados devidos ao fazer uma venda de veículo, além de elaborar perguntas para esclarecer dúvidas.

Ao final de cada palestra, a defensora pública, Eliane Medeiros, indaga os assistidos sobre a relevância e utilidade do projeto, ao que a resposta tem sido sempre positiva.



Assistidos esclareceram dúvidas com o defensor público Gabriel Freitas Maciel G. de Carvalho, em atuação no Juizado Especial Cível

>> continuação | PROJETO SALA DE ESPERA

## Direitos e deveres da empregada doméstica

No dia 14.06.2016, a diretora jurídica do Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais (MDCMG), advogada Geralda Lopes de Oliveira, falou sobre os direitos e deveres da empregada doméstica, em mais uma edição do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”.

Para a diretora jurídica do MDCMG, os direitos dos empregados domésticos ficaram relegados ao segundo plano durante muitos anos, mas suas diretrizes foram elaboradas lentamente e, com o advento da Lei Complementar nº 150, de 2015, hoje, estão praticamente equiparados à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), norma legislativa brasileira referente ao direito dos trabalhadores.

Geralda Lopes de Oliveira explicou que são considerados empregados domésticos trabalhadores que prestam serviços em residências familiares, de forma contínua (mais de dois dias por semana) e sem finalidade lucrativa.

A advogada esclareceu que a contratação do empregado doméstico refere-se a trabalho realizado para a família, na residência, e que o aumento de membros da família não dá direito a aumento de sa-



Coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar; diretora jurídica do MDCMG, Geralda Lopes; assessora jurídica do MDCMG, Betânia Moura; e a defensora pública, Eliane Medeiros, que está à frente do projeto

lário. Já se o aumento das tarefas for causado pelo aumento de pessoas não pertencentes à família, a contratação perde a característica de doméstica.

>> **Veja aqui dúvidas mais frequentes sobre o tema.**

- Mais informações podem ser obtidas no MDCMG, na Rua Guajajaras, nº 40, conj. 2401, no Centro de Belo Horizonte.

## Nova edição do projeto *Escutatória*

O projeto *Escutatória* realizou mais um encontro no dia 9 de junho, no auditório da Defensoria Pública de Minas Gerais, na Capital, com a presença de doze assistidos. Conforme a defensora pública Eliane Medeiros, em atuação na área de Família e coordenadora do projeto, o *Escutatória* “chegou ao seu formato final e eficiente. A procura pelos assistidos aumenta a cada edição do programa e já pensamos em abrir outro grupo de conversa no segundo semestre”, ressaltou a defensora pública.

De acordo com a psicóloga Raquel Azevedo, que participa da roda de conversa, “o projeto agora começa a trabalhar temas específicos para fortalecer a autoestima, valorizando aspectos positivos que resgatam a identidade individual, para que a pessoa caminhe pela vida com mais felicidade”.

- A próxima edição do *Escutatória* será no dia 7 de julho e as inscrições podem ser feitas na recepção das Unidades I ou II da Defensoria, de 8h às 12h e de 14h às 18h, bastando nome completo e telefone de contato. As vagas são limitadas.



Defensora pública Eliane Medeiros, psicóloga Raquel Azevedo e os assistidos da Defensoria Pública que participaram de mais uma sessão do projeto *Escutatória*



## DPMG na mídia

### Defensor público concede entrevista sobre negócios jurídicos processuais ao programa *Falando de Processo*



O defensor público Marco Paulo Denucci Di Spirito, em atuação na área Cível da Capital, concedeu, no dia 9 de junho, entrevista ao programa *Falando de Processo*, oportunidade em que abordou o tema “negócios jurídicos processuais”. O programa é produzido pela ABDPro – Associação Brasileira de Direito Processual, que apresenta debates sobre o novo Código de Processo Civil.

[Veja a entrevista.](#)

### Em entrevista, coordenador da área de Família e Sucessões fala sobre as principais demandas da área na DPMG

O coordenador da área de Família e Sucessões da Capital, Marcelo Carneiro Vieira, concedeu entrevista ao jornal *O Tempo*, edição do dia 11 de junho, abordando o atendimento prestado pela Defensoria Pública e as principais demandas na área, entre estas os processos por pensão alimentícia.

[Confira aqui a matéria.](#)



### Os 40 anos da DPMG em entrevista da TV Câmara



A defensora pública, Marta Juliana Marques Rosado Ferraz; e o defensor público, Wilson Hallak Rocha, durante a entrevista na TV Câmara



Os 40 anos da Defensoria Pública de Minas Gerais foram tema de entrevista da então assessora de Planejamento e Infraestrutura, Roberta de Mesquita Ribeiro, do defensor público Wilson Hallak Rocha, em atuação na 3ª Defensoria Criminal da Capital, e da defensora pública, Marta

Juliana Marques Rosado Ferraz, em atuação no Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores Cível (Desits-CI), ao programa *Câmara Entrevista*, na TV Câmara, exibido no dia 3 de junho.

[Assista aqui a entrevista](#)



## DPMG na mídia

### Defensores públicos são nomeados conselheiros do Instituto Nacional de Defesa Coletiva - INDC

O coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, Daniel Firmato de Almeida Glória, e o defensor público Marco Paulo Denucci Di Spirito, em atuação na área Cível da Capital, foram nomeados conselheiros científicos do Instituto Nacional de Defesa Coletiva (INDC), associação mineira de defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

*Leia a matéria publicada no jornal "Hoje em Dia"*

### Violência contra a mulher é tema de entrevista de defensora pública



A defensora pública Cibele Cristina Maffia Lopes, em atuação na Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência, em Belo Horizonte, concedeu entrevista ao jornal *Estado de Minas*, edição do dia 31.05.2016, ocasião em que falou sobre o sistema de suporte contra o estupro em Minas.

*Leia, na íntegra, a matéria do "Estado de Minas"*

### Assédio contra as mulheres é tema de entrevista para a Intertv

A servidora Maíza Rodrigues, em atuação na Defesa das Mulheres Vítimas de Violência em Montes Claros, foi entrevistada pela InterTV, em reportagem que foi ao ar na dia 30 de maio. Na entrevista a servidora falou sobre o assédio sexual e moral contra as mulheres.

O tema também foi objeto de entrevista para a Rádio Educativa de Montes Claros.

*Veja a reportagem.*

Maíza Rodrigues, servidora da DPMG em Montes Claros





## Homenagens

# DPMG recebe diploma de Colaborador Benemérito da PM em Governador Valadares

O coordenador Regional do Vale do Rio Doce, Calânico Sobrinho Rios, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na solenidade de entrega do Diploma de Colaborador Benemérito da Polícia Militar à Defensoria Pública de Minas Gerais, no auditório da 8ª RISP, no bairro Maria Eugênia, em Governador Valadares, no dia 8.06.2016. A cerimônia marcou a passagem dos 241 anos de criação da Polícia Militar.



O coordenador Regional do Vale do Rio Doce, Calânico Sobrinho Rios

Os defensores públicos Vinicius Sobral, Calânico Sobrinho Rios, Claudia Lemos, Clarissa Lima, Elaine Karen Costa, Sheila Santos Nunes, Bruna Pessanha, Victor Faria, e Udayam Rajab Bassul, na solenidade de entrega do Diploma de Colaborador Benemérito da Polícia Militar à Defensoria Pública de Minas Gerais

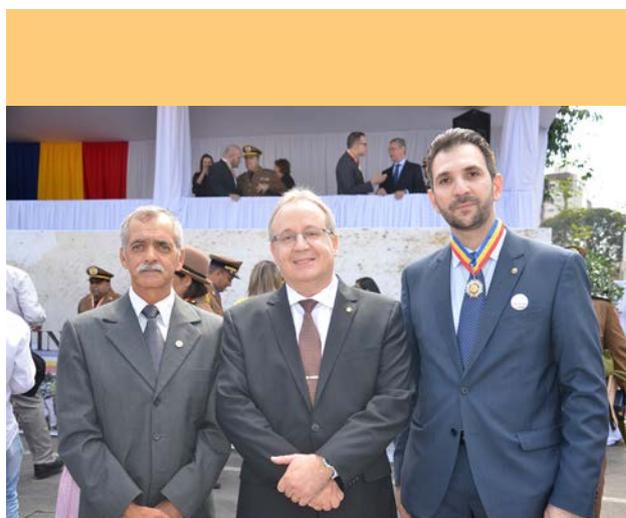
# Defensor público é agraciado com a medalha Alferes Tiradentes

O assessor Institucional, Nikolas Macedo Katopodis, foi agraciado, dia 09.06.2016, com a Medalha Alferes Tiradentes, pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). O defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, compareceu à cerimônia, realizada na Academia de Polícia Militar, rua Diabase, 320, bairro Prado, na Capital.

Foram condecoradas 124 personalidades com a Medalha Alferes Tiradentes, a mais alta comenda da PMMG, pela contribuição para a área da segurança pública em Minas Gerais.

O governador Fernando Pimentel afirmou, em seu discurso, que manterá o compromisso de investir na Polícia Militar, dando cada vez melhores condições de trabalho, e que a corporação é fundamental para a “democracia plena”.

Participaram da solenidade, prefeitos, militares, promotores de Justiça, parlamentares federais e estaduais e secretários de Estado.



O coronel Sócrates Edgar dos Anjos, o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, e o agraciado, assessor Institucional, Nikolas Macedo Katopodis



## Homenagens

# Câmara Municipal de Contagem aprova Moção de Aplauso pelos 40 anos da DPMG

A Defensoria Pública de Minas Gerais foi homenageada pela Câmara Municipal de Contagem com Moção de Aplausos e Reconhecimento aos 40 anos de criação da Instituição. A Moção foi aprovada durante a 15ª reunião ordinária da Casa Legislativa realizada no dia 17 de maio.

Conforme a Moção, que foi recebida por meio de ofício, a homenagem, “que tem o intuito de valorizar todo o empenho e dedicação”, “se justifica devido aos relevantes serviços prestados à população do Estado

de Minas Gerais. A Defensoria Pública é uma das mais importantes instituições essenciais à função jurisdicional, que cumpre o papel de promoção dos direitos humanos e exerce a defesa judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita aos hipossuficientes, que, as mais das vezes, têm na Defensoria o único caminho de ter acesso à justiça”.

***Leia, na íntegra, a Moção de Aplausos e Reconhecimento.***

# Câmara Municipal de Montes Claros homenageia os 40 anos da Defensoria Pública

O coordenador Local em Montes Claros, Cláudio Fabiano Pimenta, participou, no dia 09.06.2016, da homenagem realizada pela Câmara Municipal de Montes Claros aos 40 anos da Defensoria Pública e aos defensores em atuação na comarca. A solenidade aconteceu em reunião especial na Câmara, conforme requerimento proposto pelo vereador Fernando Andrade.

Durante a cerimônia, Cláudio Pimenta destacou as atribuições do defensor público e a importância da Defensoria Pública para a sociedade. Em Montes Claros, a Instituição conta com 15 defensores atuando nas áreas Criminal, Família, Defesa da Mulher Vítima de Violência doméstica e familiar, defesa do menor infrator, Saúde e Tribunal do Júri. Também são realizados na comarca programas como Mutirão Direito a Ter Pai, Defensoria Itinerante, campanhas educativas e outros.

O vereador Fernando Andrade contou que os 15 defensores públicos em atuação na comarca atendem, por mês, cerca de 400 mil moradores dos municípios de Montes Claros, Claro dos Poções, Glaudilândia, Juramento, Mirabela e Patis. O vereador também ressaltou que a presença da Defensoria Pública é uma forma de assegurar o direito ao contraditório para as comunidades mais carentes.

Em virtude do grande número de atendimentos na comarca de Montes Claros, o defensor público

Cláudio Fabiano salientou a importância de continuar com as expansões da Instituição no interior de Minas Gerais, visando atender as regiões com maiores índices de exclusão social.



**O coordenador Local em Montes Claros recebe homenagem de Fernando Andrade**

***Veja mais fotos da homenagem em Montes Claros***

# Câmara Municipal de Passa Quatro concede cidadania honorária a defensor público

A Câmara Municipal de Passa Quatro aprovou a concessão do título de cidadão honorário ao coordenador Local de Passo Quatro, Antônio Carlos Brugni Velloso, em sessão realizada no dia 7 de junho. A entrega do título acontecerá em reunião especial a ser marcada.

## COORDENADORIA DA GESTÃO PATRIMONIAL E ALMOXARIFADO INFORMA: CALENDÁRIO ANUAL DE ENVIO DE SOLICITAÇÕES DE MATERIAIS DE CONSUMO

As requisições de materiais de consumo deverão ser feitas mensalmente, conforme calendário anual disponibilizado na intranet. Clique aqui.

As solicitações das comarcas do Interior, Região Metropolitana e Belo Horizonte (exceto sede da DPMG) serão atendidas pelo Almojarifado Central. As solicitações das unidades I e II, da Capital, serão atendidas pelo Almojarifado de Apoio.

As requisições de Materiais de Consumo deverão ser encaminhadas para o e-mail [almojarifado@defensoria.mg.def.br](mailto:almojarifado@defensoria.mg.def.br), com o dia e horário, melhores, para a entrega dos materiais.

 **Câmara Municipal de Passa-Quatro**  
Instalada em 13 de dezembro de 1890

Passa-Quatro, 08 de Junho de 2016.

**Ofício D/Nº 66/2016**  
**Assunto: Comunicação faz**

Exmo. Sr.  
Dr. Antônio Carlos Brugni Velloso  
DD. Defensor Público  
Passa-Quatro-MG

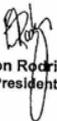
Prezado Senhor,

Pelo presente, com nossos cumprimentos, informamos que esta Casa de Leis aprovou a Concessão do Título de Cidadão Honorário do Município de Passa-Quatro/MG a Vossa Excelência, em reunião realizada no dia 7 de junho de 2016.

Comunicamos, ainda, que a entrega do Título será feita em Sessão Especial, a ser agendada posteriormente.

Ao ensejo, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Edson Rodrigues**  
Presidente

Rua Tenente Vioti, 468 – Centro – Tel.: (35) 3371-2299 - CNPJ: 04.242.099/0001-99 - CEP: 37460-000  
Home-Page: [www.cmpassaquatro.mg.gov.br](http://www.cmpassaquatro.mg.gov.br) - E-mail: [cmpassaquatro@gmail.com](mailto:cmpassaquatro@gmail.com)

 **ARRAIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA**  
Venha confraternizar com a gente!

**Dia 29 de julho de 17h às 22h**

SAIBA MAIS >>

**DPMG - Unidade I - 3º andar      Rua Bernardo Guimarães, 2.640 – Santo Agostinho, BH-MG**

BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional  
Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Unidade I BH – Rua Bernardo Guimarães, 2.640 – Santo Agostinho  
[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)